





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

Análise do Portal da Transparência do Município de Joaquim
Felício

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Joaquim Felício

1. Sumário

A análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Joaquim Felício foi desenvolvida com base em **45 critérios** distribuídos entre os grupos temáticos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Planejamento e Prestação de Contas, e Acessibilidade.

Do total avaliado, **19 critérios foram atendidos e 26 não atendidos**, representando **42% de atendimento e 58% de não atendimento**. Esses dados demonstram que o portal apresenta informações públicas de forma parcial, com presença mais significativa em áreas como Receita, Despesas, Convênios e Acessibilidade, mas com lacunas importantes nos temas de Licitações, Contratos, Obras e Planejamento e Prestação de Contas.

O levantamento evidencia o estágio atual de transparência ativa do município, permitindo identificar as áreas que necessitam de maior aperfeiçoamento na divulgação de informações, a fim de garantir o cumprimento integral da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e ampliar a efetividade do controle social.

2. Análise Detalhada por Grupo

No grupo **Receita**, o portal apresenta dados sobre a previsão e realização das receitas e a classificação orçamentária por natureza da receita, atendendo a dois dos três critérios avaliados. A ausência da lista de inscritos em dívida ativa, entretanto, limita a transparência sobre a arrecadação e a recuperação de créditos do município.

No grupo **Despesas**, há atendimento integral dos critérios, com divulgação detalhada das despesas, incluindo beneficiários, bens fornecidos, serviços prestados e procedimentos licitatórios relacionados. Essa seção revela um nível satisfatório de detalhamento quanto à execução financeira e orçamentária.

Em **Convênios e Transferências**, o município divulga informações sobre as transferências recebidas e realizadas, incluindo valores, objetos e órgãos concedentes, mas não publica dados referentes a acordos que não envolvam repasse de recursos financeiros.

O grupo **Recursos Humanos** apresenta avanços relevantes, com a divulgação de informações sobre servidores efetivos, estagiários e remuneração. No entanto, não há publicação sobre terceirizados nem editais de concursos, o que compromete a completude da transparência de pessoal.

No item **Diárias**, o portal disponibiliza informações sobre os beneficiários, cargos, períodos e motivos de afastamentos, além da tabela com valores aplicáveis, atendendo plenamente aos critérios dessa categoria.

O grupo **Licitações** apresenta apenas a relação das licitações e a divulgação dos licitantes ou contratados sancionados. Contudo, não há publicação dos editais, documentos complementares, processos de dispensa, atas de adesão ou plano de contratações anual, totalizando cinco critérios não atendidos.

Em **Contratos**, há divulgação da relação dos contratos celebrados e respectivos aditivos, mas faltam publicações do teor completo dos documentos, da lista de fiscais responsáveis e da ordem cronológica de pagamentos.

O grupo **Obras** permanece integralmente sem atendimento, pois não foram localizadas informações sobre cronogramas, etapas, valores contratados, quantitativos executados ou obras paralisadas, o que impossibilita a análise da execução física e financeira das obras públicas.

No grupo **Planejamento e Prestação de Contas**, também não foram encontradas publicações referentes ao Balanço Geral, Relatórios de Gestão, Relatórios Fiscais, leis orçamentárias ou instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA). Todos os nove critérios dessa categoria não foram atendidos.

Em **Acessibilidade**, o portal apresenta bom desempenho, com presença de recursos de navegação, alto contraste, redimensionamento de texto, mapa do site e símbolo de acessibilidade, o que contribui para a inclusão digital dos usuários.

3. Considerações e Recomendações

A avaliação do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Joaquim Felício demonstra que há divulgação de informações em áreas fundamentais como Receita, Despesa, Convênios e Acessibilidade. No entanto, observa-se a necessidade de fortalecimento da transparência em setores críticos como Licitações, Contratos, Obras e Planejamento, cuja ausência de dados prejudica o acesso pleno às informações públicas e a fiscalização social.

Recomenda-se que o município adote medidas voltadas à ampliação e atualização contínua dos conteúdos disponíveis no portal, priorizando a publicação integral de editais, contratos, relatórios contábeis, fiscais e de gestão. É igualmente importante aprimorar a estrutura de informações sobre obras públicas, assegurando transparência sobre os valores investidos, prazos, responsáveis e andamento das execuções.

Sugere-se ainda o estabelecimento de rotinas de verificação periódica do portal, com definição de responsáveis por cada área temática, de modo a garantir a integridade, a atualidade e a conformidade das informações publicadas com as normas da Lei de Acesso à Informação.

Por fim, reforça-se que o fortalecimento da transparência pública é um instrumento essencial para a boa governança, o aprimoramento da gestão e o fortalecimento da confiança entre o poder público e a sociedade.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br